

Sandro
Mezzadra

A condição pós-colonial

história e
política no
presente
global

1ª edição
São Paulo, 2020

Tradução de
Gilson de Marchi



editora politeia

Sumário

Introdução, 6

I. A condição pós-colonial, 22

1. Um estilo global? 23
2. Descentralizar o global 26
3. Sobre a transição 29
4. Diferenças pós-coloniais 33
5. Agarrar o presente. 38

II. Imagens da cidadania na crise da antropologia política moderna, 42

1. Os estudos pós-coloniais e
a problemática da legitimação 44
2. A antropologia política implícita
no moderno discurso da cidadania 47
3. Projeto colonial e pensamento político moderno 51
4. *One World*. Globalização e pós-colonialismo 58

III. Tempo histórico e semântica política na crítica pós-colonial, 62

1. Entre *world history* e *Weltgeschichte* 63
2. O tempo da plantação e o silêncio do arquivo 66
3. Para além do “historicismo” 70
4. Contrageografias da modernidade 74
5. Figuras da subjetividade 75
6. Contrapontos 78

IV. O cidadão e o súdito. Uma constituição pós-colonial para a União Europeia?, 82

1. Uma lição de alteridade?	83
2. Direito e terror	85
3. Um novo monstro?	91
4. Fronteiras	95
5. A Europa que virá	98

V. O novo regime migratório europeu e as metamorfoses contemporâneas do racismo, 100

1. Um novo nacionalismo?	101
2. Racismos	103
3. Na crise do mercado de trabalho	109
4. Cidadãos europeus, novo racismo e novo antirracismo	114

VI. Viver em transição.

Rumo a uma teoria heterolíngua da multidão, 120

1. Capital como tradução	121
2. O capital e o Ocidente	126
3. Tempo e espaço do capitalismo global	131
4. Trabalho vivo em transição	136
5. Rumo a uma teoria heterolíngua da multidão	140

Apêndice

Atualidade da pré-história. Por uma releitura do capítulo xxiv do primeiro livro de *O capital*, 144

1. A acumulação primitiva hoje	145
2. Questão de método	148
3. Pela crítica da economia clássica (e “vulgar”)	151
4. Uma mercadoria diferente das outras	156
5. Na transição	163
6. Em busca do comum. Do comunismo	172

Bibliografia, 175

Introdução

As cartas náuticas eram retiradas quase todas as noites, e quase toda noite alguns traços a lápis eram apagados e substituídos por outros. Porque, com as cartas dos quatro oceanos diante de si, Ahab traçava um labirinto de correntes e de vórtices, com a intenção de levar a cabo o pensamento monomaniaco de sua alma.

H. Melville. *Moby Dick*, XLIV

1. Nas páginas seguintes, está em questão o capitalismo contemporâneo. Nada óbvio, num livro intitulado *A condição pós-colonial*. Em geral, há outros temas — do multiculturalismo à islamofobia, dos confrontos em torno do véu islâmico na França ou em Cabul aos direitos indígenas na Austrália ou na América Latina — no centro das análises que se referem à crítica pós-colonial. Certamente não se trata de problemas ignorados nos capítulos deste livro, escritos em diversos momentos ao longo dos últimos anos. Mas o baricentro em torno do qual eles encontram sua coerência, pelo menos no intento do autor, é exatamente a tentativa de complicar e enriquecer a análise crítica do capitalismo global contemporâneo, das relações sociais de produção sobre as quais se fundamenta e da persistente determinação antagonística dessas relações.

Comecei a me ocupar dos estudos pós-coloniais pressionado por novos problemas surgidos na Itália devido à crescente presença de imigrantes e de suas lutas nos anos 1990. Não foram só as fronteiras do país a ser forçadas e deslocadas por essa presença e por essas lutas, que alguns insistem em considerar marginais, boas no máximo para fazer um “coquetel mortal de pauperismo lamentoso e beatice cristã” (Bolonha 2007). Também o foi nossa imaginação teórica e política, o cânone do pensamento crítico em que se desenvolveu minha formação, desafiado pela erupção de um *mundo* que nos era parcialmente desconhecido. A partir desse reconhecimento,

desvendou-se um conjunto de percursos coletivos, decisivamente pouco inclinados a lamentações ou ao exercício, ainda que nobre, da *pietas*. Confrontando-nos com os debates sobre “globalização”, tentando reconhecer um núcleo de verdade nas retóricas frequentemente exageradas por meio das quais se apresentavam, propusemos primeiras aproximações do perfil daquele mundo que parecia ter-se tornado definitivamente *uno*, a despeito das gritantes desigualdades e das linhas conflitais que o atravessam (Mezzadra, Petrillo 2000). Entre Seattle e Gênova, constatamos e vivenciamos a insurgência de um movimento que se colocava plenamente na dimensão global e interpretava seu processo de constituição material em termos antagonísticos (Mezzadra, Raimondi 2001; *DeriveApprodi*, 1, 2, 3, 2002-2003). Nos anos seguintes, tentamos percorrer, teórica e politicamente, o espaço europeu para enunciá-lo nos termos de um espaço global, mais uma vez seguindo preferencialmente os movimentos e as lutas dos imigrantes (*DeriveApprodi*, 1, 2002; Mezzadra, Rigo 2003; Frassanito Network 2004 e 2006).

Meu confronto com os estudos pós-coloniais é, como dizia, parte desses percursos de pesquisa e dessas práticas políticas. É ao mesmo tempo um capítulo da tentativa de provincializar o “efeito italiano” sobre o qual escreveu, num ensaio importante, Brett Neilson (2005). A publicação do livro *Império*, de Michael Hardt e Toni Negri (2000), determinou de fato um processo de verdadeira globalização do operásmo italiano, a “tradição” específica do pensamento crítico em que se desenvolve minha formação e continua a colocar-se meu trabalho. Como diria Edward Said, essa tradição começou a “viajar”, subvertendo os limites geográficos e políticos que haviam circunscrito e limitado sua circulação — que era, entretanto, significativa — a partir dos anos 1960 (e assumindo frequentemente traços de “compactação” que desrespeitavam a multiplicidade de alternativas teóricas que nela se determinaram ocasionalmente). Não só no meio acadêmico anglo-saxão, mas também na Ásia, na América Latina e na África, os estudos culturais e pós-coloniais foram particularmente influenciados pelo “efeito italiano”, que, com o passar dos anos, acabou se estendendo à recepção de diversas correntes teóricas, dos escritos de Giorgio Agamben ao pensamento da diferença sexual.

É sabido que Said escreveu duas vezes um ensaio dedicado à *travelling theory* (Said 1982 e 1994), dando plena expressão à ambivalência do processo descrito: viajando, a teoria crítica pode certamente “se domesticar”, perder a própria carga original de provocação, mas pode também, felizmente, “hibridizar-se” em outras constelações históricas, geográficas e culturais, dando lugar a concatenações e êxitos tão imprevisíveis quanto interessantes. O processo de globalização da herança teórica do operaísmo italiano seguinte à publicação de *Império* verificou a exatidão dessa tese de Said. Aproveitar e exaltar a oportunidade e a potencialidade da hibridização, indentificando nela um antídoto contra qualquer neutralização da radicalidade teórica e política do operaísmo, foi o objetivo que me coloquei nos últimos anos, em particular, por meio do confronto com os estudos pós-coloniais, que assumiram uma posição gradualmente mais importante em minha atividade de pesquisa, materializando-se, entre outros, no curso universitário intitulado Estudos Coloniais e Pós-coloniais, na edição italiana de textos relevantes no âmbito de estudos pós-coloniais (Guha 1982, Spivak 1984 e Chatterjee 2003) e num trabalho de escavação histórica sobre as diversas tradições do pensamento político anticolonial, concentrando-se em particular em W. E. B. Du Bois (Mezzadra 2004b e 2006b) e C. L. R. James (Mezzadra 2007).

2. Os estudos pós-coloniais são agora amplamente reconhecidos, inclusive na Itália. O trabalho pioneiro conduzido por anos em substancial solidão por estudiosos como Iain Chambers e Lidia Curti na Universidade Oriental de Napoli (*cf.* em particular Chambers, Curti 1997) de algum modo preparou o terreno, que hoje se apresenta fértil para uma recepção mais ponderada dos temas e das aquisições dessa heterogênea corrente de estudos. Graças sobretudo ao empenho da casa editora Meltemi, os trabalhos de Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty, Robert Young, Achille Mbembe e Gayatri Spivak (para citar apenas os nomes mais conhecidos) estão hoje disponíveis em tradução italiana e vêm se tornando referência obrigatória no debate que atravessa uma pluralidade de disciplinas, da filosofia política à sociologia, da antropologia aos estudos de literatura comparada. Estudos históricos (*cf.* p. ex. Schiavulli 2007 e Benevuti 2008) começam a sondar a produtividade da abordagem

pós-colonial em relação aos eventos italianos específicos, enquanto a apropriação da língua italiana por parte de uma nova geração de escritores e escritoras imigrantes (*cf.* Gambari 2005) nos autoriza a mensurar os efeitos de deslocamento do cânone linguístico e literário que são determinados quando, citando o título de um livro importante na história da crítica pós-colonial, *the Empire writes back* (Ashcroft, Griffiths, Tiffin 1989).

Aqui, não é necessário reconstruir a genealogia dos estudos pós-coloniais, o enredo de disciplinas e de práticas teóricas nascidas no interior dos movimentos anticoloniais, antirracistas e feministas que determinaram a constituição desses estudos num campo acadêmico relativamente coerente no mundo anglo-saxão a partir da metade dos anos 1980. Miguel Mellino (2005 esp. caps. I e II) o fez de maneira notável e exaustiva, mostrando como, a partir da publicação de *Orientalismo*, de Edward Said (1978), de um lado, um conjunto de textos registrou a radical inovação teórica determinada pela centralidade que assumia naquele livro a análise crítica do *discurso colonial*, e, de outro, a crítica pós-colonial colocou em discussão o caráter monolítico que o discurso colonial tendia a assumir no trabalho de Said, concentrando-se nos processos de hibridização, negociação e resistência que a intervenção dos sujeitos colonizados inscreveu desde as origens da modernidade na trama daquele discurso.

É importante ressaltar aqui principalmente o risco implícito na tardia recepção italiana dos estudos pós-coloniais. Não é, contudo, um fenômeno exclusivamente italiano; na França, foi necessária a revolta das *banlieues* no outono de 2005 para abrir as portas da academia aos estudos pós-coloniais e introduzi-los no mercado editorial (*cf.* Mbembe 2005; Ivekovic 2006 e 2007; Smouts 2007). A Europa continental como um todo parece ter relutado muito tempo em acolher a contribuição desses estudos, e essa é uma das razões pelas quais, como aparece claramente em alguns capítulos deste livro (o quarto e o quinto em particular), coloquei meu confronto com esses estudos na dimensão europeia. O ponto é, no entanto, que a recepção tardia parece frequentemente acompanhar a ideia de que o pós-colonialismo seja um tipo de paradigma unitário, a ser acolhido ou rejeitado *in toto*, justamente quando no mundo anglo-saxão

o campo dos estudos pós-coloniais está literalmente implodindo, fracionando-se numa série de pesquisas específicas, depois que sua *agenda* contribuiu para reorientar totalmente o debate dentro das ciências humanas e sociais (Loomba *et al.* 2005). A distinção entre *condição pós-colonial* e pós-colonialismo, apresentada no primeiro capítulo, tenta precisamente aproveitar a oportunidade implícita nessa situação, estabelecendo as bases para um uso mais livre das categorias e das aquisições da crítica pós-colonial na definição de um novo paradigma do pensamento crítico.

3. Sem dúvida, os estudos pós-coloniais dão uma contribuição muito importante à renovação do nosso modo de ver a modernidade no todo; o segundo e o terceiro capítulos desenvolvem essa contribuição do ponto de vista de uma história do pensamento e da historiografia. A história *global* da modernidade desde suas origens (que, já nos livros da escola fundamental, aprendemos a situar no ano de 1492, com a descoberta e o início da conquista europeia do “novo mundo”) deve agora ser lida a partir de uma pluralidade de lugares e de experiências, no cruzamento entre uma multiplicidade de visões que desestabiliza e descentraliza toda narrativa “eurocêntrica” (Ghosh, Gillen 2007). Diferentemente de outras correntes que confluíram naquela que hoje se define como *world history*, os estudos pós-coloniais nos ensinam a desconfiar de toda leitura muito rígida da relação entre centro e periferia, que conceberia a história da expansão colonial como episódio “periférico”, ocultando sua função *constitutiva* na experiência global da modernidade (Capuzzo 2006). Mas também é verdade que, em seu conjunto, os estudos pós-coloniais tenderam a acentuar os traços meramente “culturais” da pluralidade de “encontros” que tecem a história da modernidade. O mesmo paradigma das “modernidades alternativas” (Gaonkar 2001), que bem descreve os êxitos de uma parte consistente da crítica pós-colonial, apresenta certos motivos notáveis de interesse; mas no seu todo termina por se esgotar na indicação das múltiplas modalidades de “significação cultural” que é possível atribuir à experiência da modernidade, reproduzindo em escala global a geografia imaginada pelos teóricos do multiculturalismo liberal e arriscando-se a ocultar os confrontos, as relações de domínio e exploração dos quais a “significação cultural” é sempre expressão (*cf.* Sakai, Solomon 2006).

Neste livro, procuro acolher o descentramento do olhar histórico que ensinaram os estudos pós-coloniais mantendo uma distância crítica em relação a alguns de seus êxitos. Nesse sentido, conforme disse no início, está em questão o capitalismo contemporâneo. Não que minha intenção seja opor o plano material (para não dizer “estrutural”) das análises às derivas culturalistas e textualistas que muitos críticos reprovaram nos estudos pós-coloniais (*cf.* p. ex. Ahmad 1995, Lazarus 1999 e Perry 2004). Interessa-me, sobretudo, trazer à luz o relevo material que a dimensão epistemológica da cultura, dos discursos e dos textos assumiu na constituição de um modo de produção, justamente o capitalismo moderno, que segue organizado em torno do imperativo da acumulação e da lógica da exploração. Uma das teses que servem de pano de fundo às análises apresentadas nos capítulos seguintes defende que o capitalismo contemporâneo é estruturalmente definido pela confusão dos limites “infrassistêmicos” que haviam permitido articular na unidade de um modo de produção dimensões materiais e simbólicas, políticas, jurídicas e econômicas, sociais e culturais.

O ponto de vista privilegiado a partir do qual procuro olhar o capitalismo contemporâneo, como aparece sobretudo no último capítulo, é o da produção de subjetividade (entendida no duplo sentido de sujeição e subjetivação) que se determina ao longo de todo o arco dos circuitos globais da acumulação. Atento em particular às lições que veem do feminismo pós-colonial (De Petris 2005) e, em seguida, busco problematizar continuamente a categoria de subjetividade, resistir à tentação de oferecer dela uma imagem unitária e homogênea, pôr em evidência as fraturas que a constituem sem, no entanto, renunciar a indicar no campo da subjetivação o terreno crucial sobre o qual se deve exercitar hoje um pensamento crítico da política: é o modo pelo qual pessoalmente entendo o conceito de *multidão*, no qual me detenho especialmente no sexto capítulo.

4. A partir da referência ao conceito de *multidão*, retomei a evolução do operaísmo italiano. O confronto com os estudos pós-coloniais foi para mim fundamental nesses anos para estudar e redefinir uma série de categorias (composição técnica e política de classe, tendência, subsunção formal e real do trabalho sob o capital, para citar algumas) que têm sido cruciais no método e no paradigma teórico do operaísmo. A crítica de cada imagem linear e

da teoria dos “estágios” do desenvolvimento capitalista, elaborada por autores como Dipesh Chakrabarty (2000), me levou a identificar seus traços também no interior dos conceitos fundamentais do operáismo, na contínua busca do “ponto mais alto” do desenvolvimento e de um sujeito “central” em torno do qual definir a análise das composições de classe e o projeto de sua recomposição política. Ao mesmo tempo, todavia, procurei incluir em minhas análises das lutas anticoloniais uma indicação do método que Michael Hardt e Toni Negri haviam projetado em escala global em *Império*: o ponto de vista segundo o qual, para compreender o desenvolvimento, é preciso olhar antes de tudo para as lutas.

Noutro aspecto, os estudos pós-coloniais me deram um conjunto de chaves de acesso ao mundo não ocidental completamente diversas daquelas do velho “terceiro-mundismo”. Um conjunto de categorias maturadas no interior da crítica pós-colonial (da hibridização à de deslocamento e descentralização) constituem outrossim ferramentas teóricas muito eficazes para descrever o conjunto dos processos que levaram ao fim do Terceiro Mundo e à crise contemporânea da divisão internacional do trabalho. Um dos centros em torno dos quais se organizou meu confronto com os estudos pós-coloniais foi precisamente a tentativa de descrever o verdadeiro terremoto que os processos de globalização determinaram nos mapas e na geografia política, econômica, cultural que herdamos da modernidade. E o conceito de *fronteira* vem assumindo uma importância crescente em meu trabalho dos últimos anos, seja no aspecto analítico, seja no metodológico. Questiono suas metamorfoses no contexto europeu nos capítulos quarto e quinto.

É o caso de repetir que falar em fim do Terceiro Mundo e crise da divisão internacional do trabalho não significa que o espaço global seja “liso”, que deixaram de ser operativos critérios de organização hierárquica articulados em escala territorial. Ao contrário, a centralidade atribuída à análise dos processos globais de multiplicação das fronteiras atrai continuamente a atenção para “estrias” do espaço global, indentificando nelas dispositivos essenciais à redefinição das relações de exploração (bem como lugares privilegiados para a análise dos atritos persistentes entre o comando capitalista e a lógica da soberania). Todavia,

o ponto fundamental que se quer salientar é que essas estrias deixaram de organizar coerentemente a geografia política e econômica planetária distinguindo entre elas espaços internamente homogêneos e claramente diferenciados. É nesse contexto que, como escrevem Jean Comaroff e John L. Comaroff no prefácio a um livro recente:

as pós-colônias se tornaram lugares cruciais para a produção de teoria social, de teoria social *sui generis*, não simplesmente de uma teoria antropológica referida à vida nos tempos daqueles outrora conhecidos como Segundo e Terceiro Mundo [...]. A razão pela qual esses são lugares indispensáveis de produção teórica está no fato de que muitos dos grandes *tsunamis* do século XXI parecem destinados a atingir primeiro suas costas — ou, se não primeiro, de qualquer maneira em sua forma mais perceptível e extensa — para depois reverberar nas Cosmópolis do hemisfério norte (Comaroff, Comaroff 2006, p. ix).

Não está em questão apenas o fato de que estudando as favelas de Calcutá se possa aprender qualquer coisa de essencial para compreender aquilo que acontece nas *banlieues* de Paris, mas também que os *piqueteros* argentinos podem ter muito a ensinar aos coletivos de “precários” que atuam nas metrópoles europeias. Não no sentido, fique claro, de que aqueles tenham “soluções” aos “problemas” destes, mas, em vez disso, porque oferecem um ponto de vista a partir do qual aqueles problemas adquirem novas e imprevisíveis dimensões. Em termos mais gerais e sem perder o sentido das radicais diferenças entre lugares, regiões e continentes, a visão pós-colonial sobre o fim do Terceiro Mundo e a crise da divisão internacional do trabalho permite compreender o heterogêneo enredar de regimes produtivos, de temporalidade e de experiências subjetivas do trabalho que constitui o capitalismo chinês contemporâneo (Rocca 2002 e 2006) e que escapa, por exemplo, à categoria “fordismo periférico”.

Ao mesmo momento em que obriga a “provincializar” e calibrar sobre escalas temporais heterogêneas um método como o operaísta da tendência, a perspectiva pós-colonial permite também identificar uma série de categorias analíticas que, oportunamente calibradas sobre a especificidade das diversas situações, podem reivindicar utilidade geral na crítica do capitalismo contemporâneo.

É o caso, por exemplo, daquela de “inclusões diferenciais”, que, ao lado da análise das transformações que abarcam hoje as fronteiras, encontrou nos últimos anos uma definição rigorosa, recuperada em relação à condição dos imigrantes na Europa nos capítulos quarto e quinto. A inclusão diferencial, que aliás tem uma longa história na modernidade colonial, se presta bem a definir alguns dos traços salientes da globalização capitalista contemporânea, que opera por meio de uma lógica de conexões, bem como por meio de uma lógica de desconexões, que unifica e fragmenta ao mesmo tempo (Ferguson 2006), que imprime sua própria marca na vida de mulheres e homens em todo canto do planeta, mesmo quando produz processos catastróficos de “exclusão”. A própria guerra, nas novas formas que assumiu nos últimos anos na África assim como no Iraque, é completamente interna a esses processos, determina sem dúvida o retorno à cena de lógicas, formas de combater, dispositivos e retóricas coloniais, mas não encontra em coerentes projetos de domínio neocolonial o próprio critério de racionalidade (Mbembe 2003, 30-35).

5. No primeiro e especialmente no sexto capítulo, avanço na hipótese de que uma atenção renovada à categoria de “transição” permite compreender alguns dos traços marcantes do capitalismo contemporâneo. No apêndice, revisito alguns dos temas endereçados no livro em confronto direto com Marx e proponho uma leitura da análise marxiana da “assim chamada acumulação primitiva” como contribuição ao esclarecimento de alguns aspectos dessa hipótese. Num importante livro publicado recentemente, o economista indiano Kalyan Sanyal propõe, por sua vez, uma análise do “capitalismo pós-colonial” à luz da categoria “acumulação primitiva”, insistindo ao mesmo tempo na necessidade de liberar o debate sobre o “desenvolvimento” da hipoteca da transição (Sanyal 2007, p. 40). Na verdade, Sanyal refere-se à “grande narrativa” da transição, a sua orientação teleológica para a realização das condições de um pleno desenvolvimento capitalista no interior do subdesenvolvimento e da dependência e, em particular, ao modo como, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os teóricos do desenvolvimento estabeleceram o problema da relação entre o setor “moderno” e o setor “tradicional” da economia.

Essa é a “hipoteca” da qual ele considera que se deve liberar o debate sobre o desenvolvimento, e parece-me uma provocação que vale a pena acolher positivamente. Nesse sentido, resulta mais interessante considerar brevemente a maneira como seu livro toma a referência à análise marxiana da acumulação primitiva.

Na perspectiva de Sanyal, a acumulação primitiva constitui parte essencial e característica estrutural do desenvolvimento capitalista no mundo pós-colonial: “visto nesses termos, o capital pós-colonial não *se torna* jamais no sentido hegeliano [...]. Como o proverbial Sísifo, o capital está empenhado num trabalho que nunca se conclui: seu erigir-se nunca está completo, sua universalidade nunca está plenamente estabelecida, seu *ser* sempre é adiado para o futuro” (*ibid.*, p. 61). O desenvolvimento capitalista pós-colonial procede por meio de uma lógica análoga à dos cercamentos descritos por Marx a propósito da Inglaterra protomoderna e produz continuamente, como resultado de seu próprio avançar, uma “terra desolada de despossuídos”, que excede estruturalmente os requisitos de força de trabalho do setor capitalista da economia e fica, portanto, fora dela, excluída da própria possibilidade de entrar nos circuitos de exploração em base na posição de classe (p. 58).

Todavia, o ponto mais original da análise de Sanyal consiste na tese segundo a qual, para afirmar sua própria legitimidade, o capital pós-colonial é obrigado de alguma forma a assumir a responsabilidade pela existência dessa “terra desolada”. É obrigado a aceitar aquilo que o economista indiano define como o “inverso da acumulação primitiva” (p. 59), aceitando financiar um fluxo de recursos para “o exterior do capital”: canalizado por meio da ação do Estado e de organizações internacionais e não governamentais, esse fluxo de recursos cria as condições para o nascimento e a reprodução de uma “economia da necessidade” que permanece fora do espaço econômico do *capital*, mas que tem um papel essencial no processo total de legitimação do *capitalismo*. É sobre essas bases, segundo Sanyal, que se compreenderiam a “política dos governados” e o nascimento da “sociedade política” descritas por Partha Chatterjee num livro que retomamos nos capítulos seguintes (Chatterjee 2004).

O trabalho de Sanyal procura repensar uma política radical por meio da conjugação da “política de classe” que tem lugar no interior do capital e a “política da pobreza” que se desenvolve fora dele (cf. Sanyal 2007 pp. 260-262). Nesse sentido, se constitui uma contribuição preciosa, à qual será preciso dedicar mais tempo no futuro. A desarticulação do nexos entre trabalho assalariado e cidadania como eixo em torno do qual pensar o desenvolvimento abre perspectivas interessantes, que mereceriam ser sondadas, por exemplo, num contexto como o latino-americano, onde a “hipoteca da transição”, nas formas assumidas pelo desenvolvimentismo [*desarrolismo*], é ainda muito forte e condiciona pesadamente a ação dos novos governos “progressistas”. No aspecto teórico, todavia, Sanyal me parece, de um lado, enfatizar demais a especificidade do “capitalismo pós-colonial”, identificando-o com o capitalismo das áreas que um tempo compunham o “Terceiro Mundo”, enquanto, de outro lado, postula uma distinção muito rígida entre os dois âmbitos que chama de “capital” e “não capital”.

Analogamente ao que observou Ranabir Samaddar (2007, II, pp. 107-37) a propósito da distinção entre “sociedade civil” e “sociedade política” elaborada por P. Catterjee, não se trata apenas de chamar atenção para os trânsitos determinados entre os dois âmbitos — para além da transferência de recursos do “capital” para o “não capital”; o ponto consiste, ao contrário, na necessidade de identificar nos processos de legitimação do domínio (ou da hegemonia, como prefere Sanyal) do capital sobre a sociedade um momento chave do próprio conceito de capital, que não pode simplesmente ser dele separado e creditado ao conceito mais geral de “capitalismo”. Os antagonismos e as lutas que se determinam no interior daqueles processos são *internos* à relação de capital e, em particular, registram a generalização da condição subjetiva associada aos processos de produção da força de trabalho como mercadoria, independentemente das enormes diferenças determinadas pelo fato de que essa força de trabalho é diretamente explorada pelo capital ou confinada à “economia da necessidade”, que confia sua própria reprodução a frágeis e aleatórios equilíbrios políticos, bem como à extraordinária criatividade e inventividade dos “despossuídos”.

6. O uso que proponho da categoria *transição* para definir al-

guns traços característicos do capitalismo contemporâneo se coloca além de qualquer narração teleológica e, ao mesmo tempo, não se refere à realidade de áreas específicas do mundo. É parte da tentativa de compreender os problemas de articulação e tradução inerentes ao próprio conceito de “capital global”. A ênfase em articulação e tradução, em particular por meio do confronto com o trabalho do intelectual japonês Naoki Sakai, constitui, na minha intenção, um antídoto contra qualquer tentação de propor uma imagem monolítica do conceito de capital global, apostando, ao contrário, em evidenciar a radical heterogeneidade dos processos de produção e valorização, das formas de circulação, dos atores e das contradições que confluem no conceito. Ao mesmo tempo, procuro chamar atenção para o formidável problema da mediação dessa heterogeneidade na unidade do capital global, ou seja, da contínua reprodução do comando capitalista no mundo em que vivemos. Hoje, política e direito se redefinem perante a radicalidade desse problema, articulando-se em seu redor numa multiplicidade de níveis e dando lugar a novas constelações de autoridade, direito e território. Embora continuem a exercer funções cruciais, os Estados nacionais são radicalmente transformados por meio de sua inserção nessas constelações que estruturalmente os transcendem (Sussen 2006).

Aplicado a essa situação, o conceito de transição salienta não só a instabilidade e a aleatoriedade da unidade do capital global, mas também a radicalidade dos antagonismos que constituem a relação de capital quando as próprias condições de sua possibilidade devem ser continuamente reafirmadas. Ler a transição por meio das páginas que Marx dedicou à “assim chamada acumulação primitiva” permite, por um lado, evidenciar os processos de violenta *apropriação* que, numa linha de continuidade com o “cercamento” na Inglaterra das origens da modernidade, não abrangem hoje apenas a terra, mas invadem — para limitarmos a alguns exemplos — o terreno da produção de conhecimento nas redes de cooperação e produção social (Benkler 2006) e o próprio terreno da vida nos circuitos de “biocapital”, ou seja, do capital investido no desenvolvimento de biotecnologias e fármacos “pós-genômicos” (Rajan 2006; Devenney 2007).

Por outro lado, indica, na produção de subjetividade, numa linha de continuidade com a análise marxiana da produção da força de trabalho como mercadoria como condição de possibilidade do “mercado de trabalho”, a dimensão crucial na qual se confrontam hoje os antagonismos.

De qualquer forma, é uma imagem paradoxal aquela que assim emerge: precisamente no momento em que a expansão do capitalismo parece ter superado todos os limites territoriais, o espaço do “fora” se amplia na dimensão que podemos definir como temporal; o “outro lugar” cede passo ao “outro tempo”. O caráter estratégico que a *apropriação* volta a adquirir, o processo que *precede* a instituição jurídica da propriedade privada e a intensidade dos conflitos que se determinam no terreno de produção de subjetividade, onde está em questão a imposição do tempo de trabalho como medida abstrata do valor em relação à heterogeneidade constitutiva da temporalidade que exprimem a riqueza do trabalho vivo contemporâneo, oferecem uma primeira aproximação da densidade material desse “fora”. Só se pode imaginar uma *política da multidão* a partir da necessidade de traduzir na construção de um novo *comum* a multiplicidade de linguagens faladas pelas lutas que cotidianamente surgem nos frágeis limites que separam o capital de seu paradoxal “fora”. É esse o ponto em que se conclui provisoriamente meu confronto com a crítica pós-colonial.



Como lembrei no início desta introdução, o material reunido aqui nasceu em percursos de pesquisa coletiva. Em particular, três âmbitos de discussão foram fundamentais para definir e desenvolver meu interesse pelos estudos pós-coloniais. Gostaria de lembrá-los, agradecendo a todas e a todos aqueles que participaram e continuam a participar: o coletivo de redação da nova série de *Derive-Approdi* (2001-2003), a rede de Uninomade e a redação da revista *Studi Culturali*.

Tenho uma dívida particular com Federico Rahola, coautor do primeiro capítulo deste livro. Foi ele quem me apresentou aos termos e aos autores da crítica pós-colonial, numa relação de amizade e de troca intelectual que continua a ser uma das mais im-

portantes para mim. Mauricio Ricciardi e Gigi Roggero leram o livro na versão que apresento aqui, fazendo indicações e sugestões decisivas para melhorá-lo e discutindo com a paixão de sempre os problemas que permanecem abertos. O mesmo fez Gianfranco Morosato, cujo papel superou o de editor.

É difícil lembrar o nome de todos aqueles que discutiram comigo versões anteriores destes textos. Particularmente importantes nestes anos têm sido as contínuas conversas sobre os temas tratados no volume com Rutvica Andrijašević, Étienne Balibar, Raffaella Baritono, Marco Bascetta, Giuliana Benvenuti, Pietro Bianchi, Manuela Bojadžijev, Maura Brighenti, Fulvio Cammarano, Paolo Capuzzo, Dipesh Chakrabarty, Federico Chicchi, Sandro Chignola, o *Colectivo Situaciones*, de Buenos Aires, Anna Curcio, Stefania De Petris, Emanuela Fornari, Andrea Fumagalli, Carlo Galli, Raffaella Gherardi, Gaia Giuliani, Giorgio Grappi, Michael Hardt, Augusto Illuminati, Laura Lanzillo, Domenico Letterio, Christian Marazzi, Costanza Margiotta, Miguel Mellino, Cristina Morini, Toni Negri, Brett Neilson, Maia Pedullà, Agostino Petrillo, Mario Piccinini, Enrica Rigo, Ranabir Samaddar, Marco Santoro, Roberta Sassatelli, Pierangelo Schiera, Federica Sossi, Vassilis Tsianos, Mauro Turrini, Ilaria Vanni, Benedetto Vecchi, Paolo Virno e Adelino Zanini. Agradeço a todos eles, e a muitos que não mencionei aqui.

Por fim, dedico este livro a Maia.

Nota sobre os textos

Os capítulos que compõem este livro foram escritos ao longo dos últimos cinco anos, cada um independentemente. Reproponho aqui com variações, atualizações bibliográficas e a inserção de uma série de referências internas. O livro segue sendo uma coletânea de ensaios, mas meu desejo é que de seu conjunto emergja uma reflexão sistemática e coerente sobre alguns dos temas fundamentais da crítica pós-colonial. A seguir, indico os lugares onde os capítulos individuais foram originalmente publicados, aproveitando a ocasião para agradecer diretores de revistas e curadores de coletâneas por terem permitido reuni-los neste volume.

O primeiro capítulo, escrito com Federico Rahola, foi publicado numa primeira versão como editorial da seção monográfica dedicada ao pós-colonialismo em *DeriveApprodi*, 23, 2003 (nova série, número 2) Reelaborado e ampliado, foi publicado em inglês na versão que é proposta aqui, em “Postcolonial Text”, v. II (2006), I. Uma tradução em alemão apareceu em “iz3w”, 278-279, 2004.

O segundo capítulo foi publicado em *Politica, consenso, legittimazione*. Trasformazioni e prospettive, Carocci 2002.

O terceiro saiu em “Storica”, XI (2005), 31, e em tradução francesa em “Multitudes”, 26, Outono 2006.

O quarto nasceu de uma apresentação que fiz no simpósio internacional “Conflicts, Law, and Constitutionalism”, realizado em Paris, junto à Maison des Sciences de l’Homme, de 16 a 18 de fevereiro de 2005. Gostaria de agradecer a todos os participantes do seminário e, em particular, a Paula Banerjee, Rada Ivekovic e Ranabir Samaddar por suas contribuições na discussão. A versão original em inglês saiu em “Situations”, v. I (2005-2006), 2, e, com alguma variação, no volume curado por Ranabir Samaddar e Gilles Tarabout, *Conflict, Power, and the Landscape of Constitutionalism*, Routledge, London-New Dehli 2008. Uma tradução italiana foi publicada em Olivia Guaraldo, Leonida Tedolfi (org.), *O estado do Estado, reflexões sobre o poder político na era global*, ombre corte, Verona, 2005.

O quinto nasceu de um relatório apresentado no simpósio internacional “New Racisms: New Anti-Racisms”, realizado junto à University of Sydney em 3 e 4 de novembro de 2006. Agradeço a Ghassan Hage por ter me convidado a participar e por suas observações sobre meu relatório. O texto foi publicado em “Estudos sobre a questão criminal”, v. II (2007), I.

O sexto capítulo, escrito originalmente em inglês para um volume dedicado a Naoki Sakai, saiu em 2008 pela casa editora Routledge e foi antecipado pela revista *Transversal* (II, 2007). A tradução italiana apresentada aqui é inédita.

O apêndice, também inédito, é o texto de um relatório que fiz em Roma em 16 de fevereiro de 2007, no ateliê ocupado Esc, no âmbito do ciclo de seminários Léxico Marxiano. Doze Conceitos Para Repensar o Presente.